

IFRS para pequenas e médias empresas: um estudo através dos escritórios contábeis de Minas Gerais

Cláudio Roberto Caríssimo
Laura Edith Taboada Pinheiro

RESUMO

Com a globalização, surge a necessidade de demonstrações financeiras padronizadas. No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução 1.255/2009, que se correlaciona às IFRS SME elaboradas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O objetivo desta pesquisa é analisar a adoção dessa norma pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) por meio dos escritórios contábeis no estado de Minas Gerais. Para isso, foi elaborado um questionário respondido por 103 contabilistas. Os resultados revelaram que 49% dos respondentes consideraram a adoção das IFRS para as MPEs uma melhoria na divulgação e análise das informações contábeis; todavia, 32% entendem ser desnecessária essa padronização para PMEs. Dos contabilistas pesquisados 70% conhecem a Resolução 1.255/09 do CFC, que regulamenta a contabilidade para PMEs de acordo com o Padrão IFRS; contudo, 85% dos respondentes declararam não ter aplicado ainda o teste de *impairment*. Quanto aos principais obstáculos à implantação das IFRS PME, 44% dos respondentes citaram a novidade do tema, que demandará tempo para assimilação. Já 76% dos respondentes consideraram a forma da condução da convergência, incluindo divulgação, treinamento, adequação à realidade brasileira, entre outros pontos, como fraca ou regular.

1 INTRODUÇÃO

A globalização, como fenômeno de integração mundial, não se circunscreve somente ao ambiente econômico, expandindo e integrando os mercados, mas também se apresentando como um processo social de intercâmbio nos comportamentos, relações internacionais, cultura, educação, entre outros aspectos. A Contabilidade, como ciência social, também acompanha esse movimento e, no início deste novo milênio, iniciou um processo mundial de convergência de normas locais às *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Com a integração dos mercados surge a necessidade de oferecer melhores informações, por meio de relatórios contábeis que possam ser analisados e comparados, sem a necessidade de adequações à legislação ou a normas contábeis de cada nação. O *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão emissor das IFRS, procura, com a adoção de suas normas, que as demonstrações contábeis das empresas dos países-membros ofereçam informações consistentes, fidedignas e relevantes ao usuário externo, podendo inclusive ser comparadas, mesmo que as empresas estejam em diferentes países.

Nesse contexto também foi emitida uma norma para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) IFRS SME (*Small and Medium-Sized Entities*), a qual foi promulgada no âmbito local pelo CFC com a Resolução CFC 1.255/2009.

O Brasil vem se adequando aos padrões internacionais de contabilidade, não somente no nível das grandes organizações, como também pelas pequenas e médias empresas, através do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e também pela Resolução 1.255/2009 do CFC – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Assim, as

organizações de médio e pequeno porte devem apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com essas normas. Salienta-se ainda que, conforme Giroto (2010), 99% das empresas brasileiras são micro, pequenas ou médias.

Nesse contexto, esta pesquisa tem importância no que tange à identificação de como escritórios/profissionais estão procedendo na elaboração dessas demonstrações, quais as suas dificuldades (se existentes), dúvidas, procedimentos. Enfim, o estudo pretende apresentar um panorama amplo desse sujeito como peça-chave na adequação às normas internacionais, posto que sendo o contabilista (caso profissional liberal) ou o escritório contábil (caso pessoa jurídica) que presta toda a assistência contábil às PMEs (Pequenas e Médias Empresas), a correlação entre o nível de compreensão desse profissional quanto aos procedimentos e entendimentos dessas normas, na qualidade e eficácia das demonstrações elaboradas, alinhadas aos novos padrões, será evidente.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar a adoção dessa nova norma pelas PMEs por meio dos escritórios contábeis no estado de Minas Gerais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IFRS para pequenas e médias empresas

O IASB (2009) define Pequenas e Médias Empresas como:

- (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito (IASB, 2009).

Em um aspecto legal, mas também tendo um patamar financeiro como montante para determinação de valor, de acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, aprovado pela Lei Complementar nº. 123/2006, a pequena empresa tem faturamento anual de até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (BRASIL, 2006). Quanto à média empresa, não há lei específica que determine o patamar de seu faturamento. Todavia, por analogia, se considerarmos a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, poderíamos defini-la com faturamento superior à pequena empresa limitado a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) (BRASIL, 2002).

De acordo com Giroto (2010) esse segmento no Brasil representa mais de 6 milhões de empresas que, em termos de percentuais, constituem 99% do universo empresarial e, assim como nos países europeus e no restante do mundo, o Brasil também emitiu um pronunciamento específico para esse tipo de entidade, que tem características próprias e várias situações distintas das sociedades de capital aberto. Pelo IASB (2007), as PMEs – Pequenas e Médias Empresas no mundo são estimadas em mais de 95% de todas as empresas.

A implantação no Brasil da norma IFRS PME foi oficializada pela Resolução 1.255/2009 do CFC – que aprovou a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a qual teve a sigla e numeração alterada para NBC TG 1000, seguindo a mesma justificativa das IFRS no que toca à necessidade das informações padronizadas, comparáveis e relevantes. Desse modo, por meio dessa mesma norma, o Conselho Federal de Contabilidade (2010, p. 9) define que “demonstrações contábeis para fins gerais são aquelas direcionadas às necessidades gerais de informação financeira de vasta gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades de informações”.

Em termos internacionais, a busca pela implantação desses padrões de contabilidade foi um processo de mais de 25 anos, liderado inicialmente pelo IASC (*International Accounting Standards Committee*) e depois pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), que passou a assumir as responsabilidades técnicas (SAUDAGARAN, 2004).

Yström (2010) disserta que a questão de um padrão de contabilidade para pequenas e médias empresas já vinha sendo buscada há alguns anos, como o Statement nº. 126, editado pelo FASB (*Financial Accounting Standards Board*) em 1996, que tratava sobre padrões de divulgação de Instrumentos Financeiros para Entidades não Públicas e, em 1997 no Reino Unido, o ASB (*Accounting Standards Board*) publicou o *Financial Reporting Standard for Smaller Entities*.

Entre os fatores que impulsionaram a criação de um padrão internacional de normas contábeis para as Pequenas e Médias Empresas – PMEs, destacam-se a habitualidade da realização de negócios em nível global e os investidores externos necessitarem de informações contábeis que pudessem ter melhor entendimento e comparação quando da procura de negócios e também para a tomada de decisão (PRICEWATERHOUSE COOPERS, 2009, p. 1001).

De acordo com Santos, Schmidt e Fernandes (2006) durante o último século existiu uma grande dificuldade na padronização das normas contábeis em países distintos, por exemplo, nos países latino-americanos que tinham, entre outras pautas, a necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis em razão de variação de preços/inflação e ainda contavam com a tutela dos governos sobre esses instrumentos para assegurar a tributação.

Para Niyama (2005), a necessidade da padronização advém da busca da minimização das diferenças de critérios de reconhecimentos contábeis em diversos países. Com a harmonização contábil, essas diferenças das demonstrações financeiras são suprimidas, facilitando inclusive a análise e a comparação dos dados.

No que se refere à estrutura conceitual da contabilidade, as PMEs devem obedecer à mesma para as S.As., com as devidas adequações, conforme Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias, que se correlaciona à norma internacional *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs) (CPC, 2010; IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Para Iacob e Simionescu (2010), as IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards* para PMEs (Pequenas e Médias Empresas) seguem a mesma tendência da implantação das normas internacionais de contabilidade para empresas de capital aberto, buscando atender às necessidades de informação aos usuários externos e investidores, facilitando assim a comparação e a padronização das informações. Também como aspecto indireto na busca da padronização minimiza-se ou até mesmo extingue-se o custo de adequação das demonstrações financeiras das filiais onde seus países de origem têm regra própria, para as normas contábeis do país da matriz. Com a harmonização reduzem-se os custos dessa adequação (SAUDAGARAN, 2004).

De acordo com o IASB, o objetivo das IFRS for SME (IFRS para PME – Pequenas e Médias Empresas) é oferecer informações sobre a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa da entidade, sendo úteis para tomada de decisões econômicas por uma ampla gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios sob sua medida para satisfazer suas necessidades particulares de informação (IASB, 2007).

2.2 Estudos para implantação das IFRS para PMEs

No início deste novo milênio, em diversas reuniões entre organizações da classe contábil e governamentais, concluiu-se sobre a necessidade de um padrão internacional também para as PMEs, posto que existia uma demanda para isso. Em junho de 2004 o IASB emitiu um documento intitulado *Preliminary Views on Accounting Standards for Small and Medium-sized Entities*, no qual analisava como deveria ser a condução para a regulamentação das PMEs às normas IFRS. Posteriormente em 2005, iniciou um processo de pesquisa para adequação das PMEs, enviando um questionário para membros de um grupo de trabalho sobre normas para PMEs. Desses trabalhos, em dezembro de 2006, concluiu-se o levantamento das questões que poderiam ser simplificadas para as PMEs. (DI PIETRA *et al.*, 2008).

Em 15 de fevereiro de 2007, o IASB emitiu uma minuta de exposição (*Exposure Draft – ED*) referente às IFRS para Pequenas e Médias Empresas – SME e dois outros documentos: minuta de exposição a respeito de uma base de conclusões sobre as IFRS e um projeto de orientação para implementação para as Pequenas e Médias Empresas, com exemplos ilustrativos, demonstrações financeiras e checklist de divulgação (IASB, 2007; DI PIETRA *et al.*, 2008).

De um grupo de trabalho formado pelo IASB para analisar as normas para PMEs, foram apresentadas observações embasadas em pesquisas acadêmicas sobre o tema e as conclusões obtidas foram (DI PIETRA *et al.*, 2008):

- 1 As PMEs têm grande importância econômica na União Europeia.
- 2 Existem diferenças das necessidades de informações dos usuários externos das grandes empresas em relação às PMEs.
- 3 Não há consistência na análise do custo/benefício da informação por parte das PMEs. Também são muito incipientes a literatura e os estudos sobre esse tipo de empresas.
- 4 A estrutura conceitual expressa pelo IASB e os relatórios financeiros estão voltados às grandes empresas. Para as PMEs, necessário se faz um quadro diferenciado.
- 5 Para as PMEs não se reconhece tanto as vantagens da

aplicação das IFRS. Os custos superam os benefícios. Talvez fossem favoráveis somente para PMEs maiores.

Com base nas conclusões obtidas, o grupo recomendou (DI PIETRA *et al.*, 2008):

- 1 O IASB deverá desenvolver um conjunto distinto de normas para as PMEs, composto por um sistema de três níveis, caso necessário.
- 2 Deverão ser realizadas mais pesquisas sobre as PMEs, inclusive reconhecendo a diferença em nível internacional entre as grandes e pequenas PMEs.
- 3 Minimizar a relação custo-benefício da informação para as PMEs. Deverão ser desenvolvidas adequações sobre a Estrutura Conceitual voltada para essas empresas.
- 4 Em razão de divergências regulatórias externas ao IASB, mostrou-se que nem tamanho nem forma jurídica seriam indicadores adequados para determinar quais empresas deveriam aplicar as IFRS para as PMEs. Dessa forma, seria recomendável que a orientação e os critérios fossem sugeridos pelo IASB, mas que a União Europeia promovesse e garantisse a convergência da regulação.

Conforme divulgação do IASB, oficialmente o projeto de desenvolvimento de um padrão global para PMEs iniciou-se em 2003, tendo o seguinte cronograma (IASB, 2007):

Ano	Trabalhos desenvolvidos
2003	Levantamento sobre o padrão de contabilidade mundial
2004	Documento de discussão com vistas preliminares sobre padrões contábeis para Pequenas e Médias Empresas
2005	Questionário pessoal sobre as eventuais alterações Reconhecimento e Mensuração para Pequenas e Médias Empresas. Mesas-redondas públicas sobre possíveis simplificações de reconhecimento e mensuração
2006	O Grupo de Trabalho analisou um projeto completo de ED (<i>Exposure Draft</i>) e fez mais de 80 recomendações. Aproximadamente 75% delas foram implementadas no ED publicado.
2007	Projeto de Exposição (<i>Exposure Draft – ED</i>) de IFRS para as PMEs, emitido para comentários do público. IASB lançou um programa abrangente, para testar as propostas contidas no Projeto de Exposição. Finaliza o prazo para comentários sobre o ED e conclusão dos testes de campo. 161 cartas de comentário foram recebidas, e 116 PMEs de 20 países participaram dos testes de campo.
2009	Novas deliberações das propostas dos EDs. Em julho é publicado <i>IFRS for SME</i> (IFRS para PMEs)

Quadro 2 – Cronograma de projeto de desenvolvimento de padrão global para PMEs

Fonte: elaborado pelos autores – adaptado do site do IASB.

Concluíram que, embora desde o ano de 2005, as companhias europeias listadas em Bolsa de Valores estivessem obrigadas à adequação às normas IFRS, pouca atenção foi voltada à imensa quantidade de empresas não listadas ou de pequeno porte. Mesmo com a Comissão Europeia sinalizando para que todas as empresas da União se adequassem às IFRS, encontravam-se entraves liderados por países-membros, com relação à conversão para empresas não listadas (FLOROPOULOS; MOSCHIDIS, 2004).

2.3 Vantagens e desvantagens das IFRS para PMEs

De acordo com Di Pietra *et al.* (2008), estudos apontam as seguintes justificativas e vantagens para a implantação das IFRS para PMEs:

- “Os fluxos de informação externa sobre as PMEs em geral, são incompletos e fragmentários.” (Cesaroni e Paoloni, 2006 *apud* Di Pietra *et al.*, 2008)
 - “As demonstrações das pequenas empresas são geralmente muito menos transparentes informacionalmente do que as grandes corporações.” (Berger e Frame, 2007 *apud* Di Pietra *et al.*, 2008).
 - A falta de informações seguras é uma das causas de as PMEs terem dificuldades de acesso ao crédito.
 - Crescente número de empresas operando internacionalmente.
 - Melhores condições para elaborar as demonstrações de resultados e oferecer maior comparabilidade.
- Estudos empíricos também fornecem evidências de que

muitas PME's na Alemanha (especialmente de maior porte) têm atividades de negócios internacionais, sendo os mais importantes com fornecedores, clientes e filiais estrangeiras (Von Keitz e KPMG, 2006; NUPAD *et al.*, 2007 *apud* Di Pietra *et al.*, 2008). Nesse mesmo país outros estudos também mostram que as principais finalidades das demonstrações financeiras para as PME's são: base para a tributação, fornecimento de informações para os bancos, apuração de dividendos a pagar, informações para os investidores, informações para a gestão (DI PIETRA *et al.*, 2008).

A adoção das IFRS também oferece um conjunto robusto de regras e procedimentos para as companhias, que restringe o uso da chamada contabilidade criativa que manipula os números e informações para influenciar a decisão dos investidores. É também um passo vital para a harmonização de um padrão comum de contabilidade (FLOROPOULOS e MOSCHIDIS, 2004).

Lado outro, estudos apontam que um dos principais entraves na adoção das IFRS PME são os custos de implementação. Pesquisas empíricas também evidenciam que as principais desvantagens para as PME's na adequação às IFRS são: a complexidade das normas, os custos de mudança e impacto negativo sobre a tributação (VON KEITZ e KPMG, 2006; PWC, 2005; OEHLER, 2005 *apud* DI PIETRA *et al.*, 2008).

Floropoulos e Moschidis (2004) relatam que na conferência da *Association of Chartered Certified Accountants* em 2005, por unanimidade dos presentes, concluiu-se que a adoção das IFRS sem os devidos ajustes é inapropriada para as Pequenas e Médias Empresas. Contudo, destacam que a implantação das IFRS em países com histórico de uso pelas companhias privadas de padrões de divulgação das informações contábeis é feita de forma bem mais fácil.

Di Pietra *et al.* (2008) ressaltaram em seu trabalho que nas reuniões de discussão para a adoção das IFRS PME foi levantada a questão de o IASB ter prosseguido nesse projeto sem ter evidências em pesquisas sobre as reais necessidades dos interessados nas PME's. Esses autores também relatam a percepção de Sina e Roberts (2007) *apud* Di Pietra *et al.* (2008) sobre a dificuldade da implantação em países onde já existe um padrão contábil, como no Reino Unido.

No Brasil, as dificuldades, limitações e questionamentos também se correlacionam com o resto do mundo. Os custos de implantação tendem a ser elevados, o nível de conhecimento dos profissionais é incipiente, ainda pairam dúvidas sobre as novas práticas e, por fim, a forte tradição legal são empecilhos neste processo de implantação (Prado *et al.*, 2011).

2.4 Reflexões sobre a implantação das IFRS PME

Floropoulos e Moschidis (2004) apontam que, embora o objetivo das IFRS seja a busca de padronização da informação e assim poder oferecer melhores condições de comparação entre as demonstrações financeiras das empresas, na Europa a grande maioria do universo empresarial é de Pequenas e Médias Empresas e que estas mereciam maior incentivo com relação à adoção desses padrões.

Em pesquisa realizada pelo *Institute of Chartered Accountants in England & Wales* (ICAW), 52% das empresas conside-

ram a sua compreensão das IFRS como 'bastante pobre' ou 'muito pobre'. Para quase 25% dos entrevistados as IFRS não eram aplicáveis aos seus negócios e 47% declararam que suas entidades não estavam preparadas para a adequação às IFRS. Nessa mesma tendência, em pesquisa realizada com PME's gregas e tendo uma abordagem holística, concluiu-se que nem os contabilistas que assessoravam essas empresas estavam preparados para implementar a convergência às IFRS (FLOROPOULOS e MOSCHIDIS, 2004).

Questiona-se a necessidade de um padrão internacional para empresas de pequeno porte, pois via de regra estas não têm acesso aos mercados de capitais, sendo suas principais fontes de financiamento e capital externo obtidos com empréstimos bancários de curto prazo (YSTRÖM, 2010).

No que toca aos custos da informação, conforme item 2.10 do Draft de Exposição IFRS para PME's, estes não devem ser superiores aos benefícios recebidos. A avaliação sobre a relação custo/benefício dessa informação demanda um processo de julgamento. A empresa também deverá ter em conta os benefícios dessa informação contábil da qual o usuário externo depende (IASB, 2007).

Yström (2010), em entrevista a sete *experts* da área contábil, divididos entre profissionais do meio acadêmico, auditoria e pessoas ligadas à normatização das PME's na Comunidade Europeia, colhendo informações sobre a convergência, concluiu que, para cinco destes, as demonstrações financeiras elaboradas para PME's são marginalmente úteis para a tomada de decisão e que os gestores utilizam outros relatórios ou fontes para tal ato. Nessas entrevistas, para a grande maioria dos *experts*, as demonstrações financeiras para PME's terão como principais usuários os bancos, investidores, clientes e fornecedores.

Em Portugal, o processo de convergência também suscitou inquietudes quanto às impressões dos contabilistas sobre o tema, conforme Lérias (2008) expressou: "Constitui um normativo complexo e diferente do actual, pelo que a transição requer modo cuidado e tempo adequado".

Na Alemanha no ano de 2008, grandes companhias entendiam que um padrão para PME's poderia ser relevante no médio e longo prazo. Todavia, pequenos empresários não viam nenhuma adição relevante para esse novo padrão. Havia ainda algumas vezes que questionavam a legitimidade do IASB para liderar essas normas e que as IFRS para PME's não deveriam ser obrigatórias a todas as empresas. (NEAG, 2010).

Na visão de Iacob e Simionescu (2010), nesta nova ordem, alguns países que buscam a adoção do Padrão IFRS terão de adaptar suas normas nacionais. Citam como exemplo a Romênia, onde suas normas não se ajustam aos modelos de práticas reconhecidos e ao financiamento dos mercados de capitais.

Iacob e Simionescu (2010) também destacam a dificuldade de adequação em países com forte influência fiscal sobre a contabilidade. Enquanto a padronização tem sua essência na divulgação de informações, a tributação tem conotação de arrecadação, ignorando às vezes postulados contábeis. Essa realidade se apresenta também no Brasil.

Apesar de o processo de convergência ao Padrão IFRS

PME ser benéfico principalmente a empresas com vocação para negócios internacionais e para o investidor externo, posto que haverá maior transparência e melhores condições de comparabilidade das demonstrações financeiras, esse processo demanda certa complexidade, especialmente para as micros. Também envolve custos administrativos e nem todas as entidades estão dispostas a pagar esse preço. Na Europa, há ainda em diversos estados-membros diferenças significativas entre a legislação societária e o padrão IFRS (IACOB; SIMIONESCU, 2010).

Salienta-se também a questão da literatura e trabalhos voltados às PMEs – Pequenas e Médias Empresas, que é muito incipiente (DI PIETRA *et al.*, 2008; NEAG, 2010; YSTRÖM, 2010). Essa limitação também é evidenciada em nível de Brasil.

Por fim, conforme dissertado por Di Pietra *et al.* (2008), foram apresentadas conclusões nas reuniões do IASB para as PMEs, em que não se reconheciam tanto as vantagens da aplicação das IFRS para PME. Os custos superavam os benefícios. Talvez fossem favoráveis somente para PMEs maiores.

Dessa forma, avaliando as opiniões dos pesquisadores e *experts* anteriormente descritas, nota-se a existência de profundos questionamentos quanto à efetiva pertinência dessas adequações, seja pela complexidade discrepante para empresas menores sem negociações internacionais e com pequena estrutura, como também no que toca aos profissionais contabilistas e à literatura sobre o assunto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo da pesquisa é analisar a adoção da norma convergente às IFRS para PME através dos escritórios de contabilidade. Para isso, foi realizado levantamento ou *survey*, que de acordo com Beuren (2003) busca a apuração de dados com base em amostra de determinada população estudada.

A técnica utilizada foi o questionário. Inicialmente foi enviado via e-mail, como pré-teste, a 15 (quinze) profissionais que prestam assessoria a pequenas e médias empresas na cidade de Belo Horizonte/MG e a um estabelecido no interior do estado de Minas Gerais. Desses, 07 (sete) profissionais responderam sugerindo as adequações que achavam pertinentes e validando os demais quesitos.

O questionário final incluiu 16 (dezesesseis) questões fechadas e foi disponibilizado via internet de acordo com a ferramenta Google Docs, em que o respondente acessou o link e respondeu sem se identificar.

Para o envio do questionário à população definida, foi solicitado ao CRCMG (Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais) a inclusão no Newsletter – CRC Notícias do link do questionário, para resposta pelos contabilistas proprietários de escritórios contábeis. Também foi solicitado ao Sindicato dos Escritórios de Contabilidade, Auditoria e Perícias Contábeis de MG, Sindicato dos Contabilistas de Sete Lagoas (MG) e ao Sindicato dos Contabilistas de Varginha (MG) o envio de e-mail com o link do questionário para seus associados.

As respostas foram obtidas nos meses de junho e julho de 2012 e totalizaram 103 (cento e três) respondentes, divididos entre contadores e técnicos em contabilidade.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tabela 1: Categoria profissional

Categoria profissional		
Banco Moreira Salles S/A	26	25%
Casa Anglo Brasileira S/A	77	75%

Fonte: elaborada pelos autores.

Da amostra pesquisada, a grande maioria (75%) dos respondentes eram contadores e 25%, técnicos em contabilidade.

Tabela 2: Atuação

Atuação		
Sócio (a) de empresa/escritório contábil ou autônomo (a)	65	63
Responsável/empregado(a) de área contábil	38	37

Fonte: elaborada pelos autores.

Evidenciou-se pela pesquisa que 63% dos respondentes são os sócios ou responsáveis pelos escritórios contábeis, corroborando a imagem do contabilista que responde pelos escritórios contábeis como empreendedor e/ou profissional liberal.

3 Como você percebe a introdução do padrão IFRS para empresas de grande porte, em nível mundial?

Tabela 3: Percepção sobre a introdução do padrão IFRS para empresas de grande porte, em nível mundial

Decorrência do poder econômico dos países mais ricos	7	7%
Consequência do processo de globalização	55	53%
Um processo de evolução da contabilidade	35	34%
Outros	6	6%

Fonte: elaborada pelos autores.

Estas respostas denotam que, para os participantes da amostra, a padronização das normas contábeis é decorrente do processo de globalização (53%), como também de um processo de evolução da contabilidade (34%). Tais percentuais mostram uma visão positiva sobre a padronização, contrastando com uma minoria (7%), que entende ser um processo forçado pelos países mais ricos.

4 No que toca às pequenas e médias empresas aqui no Brasil, como você considera o processo de convergência ao padrão IFRS?

Tabela 4: Processo de convergência ao padrão IFRS PME no Brasil

Desnecessário para empresas de pequeno e médio porte em razão de diversos fatores internos nesse tipo de empresa.	33	32%
Consequência de pressões dos órgãos internacionais.	12	12%
Um novo processo de melhoria para a divulgação das informações contábeis.	50	49%
Outros	7	7%

Fonte: elaborada pelos autores.

Nesse questionamento da pesquisa evidenciou-se certo equilíbrio na visão dos contabilistas no que se refere principalmente à percepção de ser um processo de melhoria na divulgação das informações (49%), contrapondo-se à corrente (32%) que entende ser desnecessário para empresas de pequeno e médio porte e que, mesmo somando-se ao percentual dos que julgam ser consequência de pressões de organismos internacionais (12%), ainda assim não constitui maioria, totalizando 44% da amostra. Percebe-se, assim, nesta análise que grande parte da categoria não acolhe a ideia da padronização internacional das normas contábeis para PMEs no Brasil. Tal impressão será corroborada em quesitos posteriores, reforçando essa interpretação dos dados.

5 Você acha que os países que se adequarem ao padrão IFRS para PMEs (Pequenas e Médias Empresas) propiciarão aos bancos e investidores/usuários externos melhores condições para utilizar as demonstrações financeiras de empresas de diferentes países e assim fazer comparações de índices, performances ou outros tipos de estudos?

Tabela 5: Entendimento se nos países em que houver adequação às normas IFRS PME, os bancos e investidores/ usuários externos terão melhores condições para utilizar as demonstrações financeiras de empresas de diferentes países e assim fazer comparações de índices, performances ou outros tipos de estudos.

SIM	54	52%
NÃO	16	16%
TALVEZ	32	31%

Fonte: elaborada pelos autores.

Para 52%, com a padronização IFRS PME, haverá melhores condições de análise e comparação das demonstrações financeiras, inclusive entre empresas de países diferentes. Uma pequena minoria (16%) está descrente quanto a essa capacidade de análise e comparação das demonstrações, enquanto uma parcela expressiva (31%) se mantém conservadora não expressando convicção se haverá melhores condições, ou seja, não apostando tanto nesse novo padrão, mas também não rechaçando as novas possibilidades. Esse questionamento denota também certa reserva dos profissionais nesse primeiro momento das adequações.

6 Você acha que a criação de um padrão internacional de contabilidade (IFRS) viabilizará o crescimento de fusões e aquisições de empresas de outros mercados para o brasileiro e vice-versa?

Tabela 6: Crescimento de aquisições e fusões de empresas de outros mercados para o brasileiro.

SIM	54	52%
NÃO	12	12%
TALVEZ	36	35%

Fonte: elaborada pelos autores.

Esse quesito expressa a mesma tendência do quesito anterior apresentando uma parcela que acredita na viabilização do crescimento de fusões e aquisições de empresas nacionais; porém 35% detêm uma visão conservadora e reservada quanto



2012 foi bom... Mas 2013 pode ser ainda melhor

Comece o novo ano largando na frente com sistemas Nasajon e tenha a melhor folha de pagamento do mercado.

Isso mesmo!

Os sistemas Nasajon possuem a melhor solução para DP, Folha de pagamento e Controle de Ponto, de acordo com a ASSESPRO-RJ* e a integração que você precisa para começar o ano aumentando a produtividade da sua empresa.

E mais:

Se você tem um escritório contábil, aproveite! Ligue (31) 3213-4931 e mencione o código "2013". Receba **40% de desconto** na ativação e mensalidades mais que especiais!

Receba também:

- Treinamento grátis para seus funcionários na aquisição dos sistemas**
- Vídeos para treinamento na internet.

*Prêmio Assespro-RJ Melhores Empresas 2012. **Os treinamentos acontecem nas sedes da Nasajon.

a essa nova possibilidade, que inclusive é uma das justificativas do IASB sobre a relevância do IFRS PME.

7 Você conhece a Resolução CFC nº. 1.255/09, que trata da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?

Tabela 7: Conhecimento da Resolução 1.255/09 do CFC

SIM	72	70%
NÃO	30	29%

Fonte: elaborada pelos autores.

Grande parte dos respondentes (70%) conhece a Resolução 1.255/09 do CFC, que regulamenta a contabilidade para pequenas e médias empresas de acordo com o Padrão IFRS.

8 Na organização contábil em que você trabalha (ou pela qual é o responsável) quantas pessoas já estudaram sobre Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas de acordo com o padrão IFRS?

Tabela 8: Cursos e Estudos sobre IFRS PME

O (a) responsável pela organização/escritório contábil	41	40%
Algumas pessoas que trabalham no setor contábil	31	30%
Ainda não tiveram oportunidade de realizar este estudo	28	27%
Todos tiveram oportunidade de realizar este estudo	3	3%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os profissionais se mostraram cientes das novas normas (Quesito 7) e também, em 73% da amostra, pelo menos um profissional do escritório realizou algum estudo sobre IFRS PME. Somente 27% ainda não tiveram oportunidade de fazer algum estudo. Tais números reforçam a tendência de busca de atualização da categoria quanto às práticas contábeis.

9 Caso tenha tido acesso ao treinamento/estudo sobre a contabilidade para Pequenas e Médias Empresas no padrão IFRS, onde este foi feito?

Tabela 9: Cursos e Estudos

Conselho Regional de Contabilidade de seu estado	26	25%
Universidade/Faculdade	18	17%
Órgão de classe ou outro facilitador	17	17%
Não tiveram oportunidade de realizar este estudo	26	25%
Outros	16	16%

Fonte: elaborada pelos autores.

Um aspecto interessante é a pulverização dos órgãos facilitadores às informações sobre IFRS PME, não havendo concentração em um só órgão/entidade.

10 Se você não recebeu ainda algum tipo de treinamento ou estudo/seminário sobre a contabilidade para Pequenas e Médias Empresas no padrão IFRS, quem você acha que deveria ser o facilitador desse evento?

Tabela 10: Qual órgão deveria ser o facilitador de treinamentos /seminários sobre o tema?

Conselho Regional de Contabilidade de seu estado	68	66%
Alguma Universidade/Faculdade	3	3%
Outro órgão de classe ou outro facilitador	28	27%
Qualquer uma das opções acima	28	27%

Fonte: elaborada pelos autores.

A grande maioria entende que caberia ao Conselho Regional de Contabilidade propiciar os cursos ou seminários sobre IFRS PME.

11 Você saberia definir o que é *Goodwill*, caso algum cliente lhe perguntasse?

Quanto a este quesito, 49% dos respondentes sabem definir o que é *Goodwill*, enquanto 27% não sabem e 24% sabem, mas por alto. A tabela deste quesito se encontra na questão 12.

12 Você saberia definir, de acordo com as normas IFRS, o que é Valor Justo?

Tabela 11: Definição de *Goodwill* e Valor Justo

<i>Goodwill</i>		Valor justo	
Sim	50 49%	Sim	51 50%
Não	28 27%	Não	25 24%
Por alto	25 24%	Por alto	27 26%

Fonte: elaborada pelos autores.

Esses dois quesitos demonstram um desconhecimento de boa parte dos respondentes (27% e 24%) quanto à definição desses dois pontos importantes e antes não tão divulgados no meio das pequenas e médias empresas, que são o *Goodwill* e o Valor Justo. Metade sabe definir os dois itens, porém a outra metade não tem essa informação ou não sabe com segurança.

13 Nas empresas de pequeno ou médio porte em que você presta assessoria foi realizado o teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)?

Tabela 12: Teste de *Impairment*

Sim	2	2%
Não	88	85%
Apenas em algumas	13	13%

Fonte: elaborada pelos autores.

Esse quesito vem apresentar um panorama da necessidade de melhor divulgar os procedimentos dessas novas normas, posto que 85%, maioria absoluta dos respondentes, não realizaram o teste de *impairment* em qualquer empresa nas quais prestam assessoria. Essa omissão tem origem na falta de informação de como deve ser feito tal teste (aspectos práticos) ou no

custo para a sua realização, o qual o empresário não está disposto a bancar. Entretanto, esse procedimento é norma e ainda assim não foi efetuado por grande parte dos profissionais.

14 Na primeira demonstração financeira elaborada para PMEs, feita pela sua organização, constou a declaração de que essa foi elaborada em conformidade com a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?

Tabela 13: Declaração das demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com a NBC T 19.41

Sim	25	24%
Não	78	76%

Fonte: elaborada pelos autores.

Um aspecto um tanto quanto paradoxal foi que, apesar de a ampla maioria não ter realizado o teste de *impairment* em nenhuma empresa, 24% alegam que declararam nas demonstrações financeiras de suas empresas que estas foram elaboradas de acordo com a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Tal declaração gera incerteza na resposta em 9%, pois, se somente 15% alegam que fizeram o teste de recuperabilidade de ativos, não condiz com o percentual de 24% para a afirmação de estarem as demonstrações financeiras por eles elaboradas de acordo com essa nova norma.

Outro aspecto que merece análise é que, mesmo a Resolução 1.255/2009 determinando a menção nas demonstrações financeiras de que essas foram elaboradas de acordo com o Padrão IFRS PME, a grande maioria dos profissionais não inseriu nos livros contábeis ou atas tal declaração.

15 O que você considera como principal obstáculo para a adequação das pequenas e médias empresas ao padrão IFRS?

Tabela 14: Principal obstáculo para adequação

Falta de incentivo monetário, já que para esse maior serviço não haverá aumento dos honorários contábeis	23	22%
Poucos cursos/seminários sobre o assunto	18	17%
Por ser algo novo, demandará algum tempo para os profissionais se familiarizarem com o tema	45	44%
Falta de leis que obriguem esse tipo de empresa a realizar a convergência	11	11%
Não vislumbram obstáculos para a adequação das PMEs ao Padrão IFRS	6	6%

Fonte: elaborada pelos autores.

No que se refere aos principais obstáculos à implantação das IFRS PME, evidencia-se nesta pesquisa ser a novidade do tema que demandará algum prazo para a adequação (44%), a falta de incentivo monetário (22%), pois os empresários não estão dispostos a pagar um honorário maior em razão do aumento do fluxo de trabalho e de seu refinamento e, como terceiro ponto, a falta de cursos e estudos sobre o assunto (17%). Esse quesito também corrobora a resposta a quesitos anteriores, pois denota a reserva e o conservadorismo dos profissionais quanto a esse

novo paradigma, em que destacam que deverá demandar um tempo para assimilação e consolidação do novo padrão.

16 Qual seu grau de aprovação sobre o processo de convergência às normas IFRS PME – Pequenas e Médias Empresas, de modo geral, analisando: condução da convergência, divulgação, treinamento, adequação à realidade brasileira, etc.?

Tabela 15: Grau de aprovação sobre o processo de convergência

Fraco	44	43%
Regular	34	33%
Bom	14	14%
Muito bom	5	5%
Excelente	6	6%

Fonte: elaborada pelos autores.

Por fim, apesar da evidência de que os profissionais estão de certa forma atualizados sobre o tema e acessíveis às mudanças, 76% dos respondentes apresentaram descontentamento com a forma de condução para esse novo padrão contábil, expressando que, somando o aspecto geral, a condução da convergência, divulgação, treinamento, adequação à realidade brasileira, entre outros pontos, é fraca ou regular.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar a adoção das normas IFRS pelas PMEs por meio dos escritórios contábeis no estado de Minas Gerais.

O processo de emissão das normas IFRS para PME pelo IASB demandou pelo menos 6 (seis) anos de estudos e discussões até sua publicação em julho de 2009. Apesar dos aspectos positivos intrínsecos desse processo de harmonização para as PMEs, como a capacidade de análise de demonstrações financeiras de empresas inseridas em mercados distintos, a adequação não se mostrou uma tendência unânime, suscitando diversas opiniões de estudiosos e conclusões de grupos de trabalho quanto à pertinência dessas normas para PMEs de portes menores, como também pesquisas e literatura incipientes sobre a matéria.

Os resultados da pesquisa mostram certo equilíbrio na visão dos contabilistas no tocante principalmente à percepção de ser um processo de melhoria na divulgação das informações (49%), contrapondo-se à corrente (32%) que entende ser desnecessário para empresas de pequeno e médio porte, que, mesmo somando-se ao percentual dos que entendem ser consequência de pressões de organismos internacionais (12%), ainda assim não constitui maioria, pois totaliza 44% da amostra. Dessa forma, percebe-se nesta análise que grande parte da categoria não acolhe a ideia da padronização internacional das normas contábeis para PMEs no Brasil. Porém, 52% (tanto contadores quanto técnicos em contabilidade participantes da pesquisa) reconhecem que a adoção das IFRS para PMEs ocasionará melhoria na divulgação das informações como também uma melhor comparabilidade, fidedignidade e qualidade das demonstrações financeiras.

Contudo, foi verificado que 85% dos respondentes não

realizaram o teste de *impairment* nas empresas em que prestam serviços.

Quanto aos principais obstáculos à implantação das IFRS PME, os respondentes expressaram ser a novidade do tema, que demandará algum prazo para a adequação (44%); a falta de incentivo monetário (22%), pois os empresários não estão dispostos a pagar um honorário maior em razão do aumento do fluxo de trabalho e de seu refinamento; e, como terceiro ponto, a falta de cursos e estudos sobre o assunto (17%).

A maioria dos profissionais está de certa forma atualizada sobre o tema e acessível às mudanças, porém 76% dos contabilistas consideram a condução da convergência como fraca ou regular, envolvendo divulgação, treinamento, adequação à realidade brasileira, entre outros aspectos.

Para pesquisas futuras sugere-se uma análise empírica da realização do teste de *impairment*, principalmente adaptado às PMEs, em razão do baixíssimo percentual de empresas que fizeram esse teste conforme apontado na pesquisa, bem como a ampliação da amostra.



Cláudio Roberto Caríssimo

Mestrando em Ciências Contábeis Universidade Federal de Minas Gerais – CEPCON – FACE/UFMG



Laura Edith Taboada Pinheiro

Doutora em Ciências Contábeis Universidade Federal de Minas Gerais – CEPCON – FACE/UFMG

Referências

BEUREN, Ilse M. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003
BRASIL. **Lei Complementar nº. 123.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos de diversas Leis. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006/leicp123.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2012.
BRASIL. **Lei Federal nº. 10.637 de 30/12/2002.** Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2002/lei10637.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas: Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 19.41.** 1. ed. Brasília: CFC, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.** 2009. Disponível em:

<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

DI PIETRA, Roberto; EVANS, Lisa; CHEVY, Jérôme; CISI, Maurizio; EIERLE, Brigitte; JARVIS, Robin. **Comment on the IASB's Exposure Draft IFRS for Small and Medium-sized Entities.** Pages 27-47. European Accounting Association. Volume 5, Issue 1, 2008 Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/E94CCA0C-73C2-475F-90FB-5F072FE14A7D/5369/2007130131113_EAAFRSCcommentletterEDIFRSSMEs.pdf>. Acesso em: 21 maio 2012.

FLOROPOULOS, Jordan. N.; MOSCHIDIS, Odisseus. E. Are Small Enterprises Ready for the Implementation of IFRS? The Case of Greece. **Journal of Economics and Business.** EAST-WEST University of Thessaly. Vol. VII – 2004, n. 2 (81 – 116). Disponível em: <<http://www.u-picardie.fr/eastwest/fichiers/art38.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

GIOTTO, M. Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs. **Revista Brasileira de Contabilidade,** Brasília, n. 186, nov./dez., p. 7-23, 2010.

IACOB, C., SIMIONESCU, S. **Necessity And Reality Between Information Transparency In Performance SMEs To Track.** Annals of the University of Petroșani, Economics, 10(4), 2010, 117-124. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/article/petannals/v_3a10_3ay_3a2010_3ai_3a4_3ap_3a117-124.htm>. Acesso em: 15 jun. 2012.

IASB. **EXPOSURE DRAFT OF A PROPOSED IFRS for Small and Medium-sized Entities Comments to be received by 1 October 2007.** London: IASC, 2007.

IASB. **International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs).** London: IASC, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária.** FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2010.

LÉRIAS, A.G. Sistema de Normalização contabilística, o modo e o tempo de transição. Lisboa. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas** – TOC. Ano VIII. n. 94, jan. 2008

NEAG, Ramona; PASCAN, Irina D.; MASCA, Ema; STEFAN, Beatrice A. **The implication of the accounting profession in the accounting regulation for “micro-entities” in the actual economic context: debates and opinions.** Romania. USV

Annals of Economics and Public Administration; v. 10, n. 3: Special Number. 2010. Disponível em: <<http://seap.usv.ro/annals/ojs/index.php/annals/article/view/343/352>>. Acesso em: 21 mai. 2012.
NEAG, Ramona. **IFRS for SMEs are an Accounting Solution for SMEs and Micro-Entities?** 2nd World Multiconference on Applied Economics, Business And Development. Kantaoui, Sousse, Tunisia, May, 2010. Disponível em: <<http://www.wsea.us/e-library/conferences/2010/Tunisia/AEBD/AEBD-30.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2012.

NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade Internacional.** São Paulo:

Atlas, 2005.

PRADO, Thiago A. dos R.; TEIXEIRA, Bruno R.; BERNARDINO, Flávia F. M.; LEMES, Sirlei. A Utilização do Pronunciamento do CPC para as Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo nas Cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia (MG). São Paulo. **Anais...** XIV SEMEAD, 2011. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/149.pdf>>.

Acesso em: 14 jun. 2012.

PRICEWATERHOUSE COOPERS. **IFRS Manual of Accounting – 2009 Global Guide to International Financial Reporting Standards**. London: CCH, 2009.

SANTOS, Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane A. **Introdução à Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

SAUDAGARAN, Shahrokh M. **International Accounting: A User Perspective**. 2. ed. Thomson South-Western, 2004.

YSTRÖM, Annika. **Financial reporting in entrepreneurial SMEs: In search of significant areas of financial reporting information**. Licentiate thesis in Business Administration. Jönköping International Business School. Sweden, 2010.

Disponível em: <<http://hj.diva-portal.org/smash/get/diva2:398590/FULLTEXT01>>. Acesso em: 21 mai. 2012.